

**RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
GUIA DO CANDIDATO
Vagas Remanescentes
2018**

NÚCLEO DE CONCURSOS DA UFPR
Campus I (Agrárias)
Rua dos Funcionários, 1540 - Juvevê
CEP 80035-050 - Curitiba - PR
tel.: (41) 3313-8800
fax: (41) 3313-8831

COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Complexo do Hospital de Clínicas / EBSEH
Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
Rua Gal. Carneiro, 181 - Centro
CEP 80060-900 - Curitiba - PR

REITOR DA UFPR
Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça

UFPR – Universidade Federal do Paraná

EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

NC – Núcleo de Concursos

CHC – Complexo do Hospital de Clínicas

COREMU – Comissão de Residência Multiprofissional

MEC – Ministério da Educação

Horário de atendimento do Núcleo de Concursos

Atendimento da secretaria: Segunda a sexta-feira, das 08h30min às 17h30min.
Central de Teleatendimento: Segunda a sexta-feira, das 08h00min às 18h00min.
Fone: (41) 3313 - 8800

Introdução

Os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde da Universidade Federal do Paraná são de responsabilidade do Complexo do Hospital de Clínicas da UFPR, do Hospital Veterinário - Campus I/Curitiba, do Departamento de Estomatologia e do Departamento de Saúde Comunitária. São regulamentados pela Lei nº 11.129 de 30/06/2005 e suas complementações, pelas deliberações da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde do Ministério da Educação/SESu e pelas Resoluções vigentes do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFPR. Os Programas estão oficialmente autorizados e credenciados junto ao MEC, emitindo, em favor daqueles que efetivamente cumpram os Programas de Residência, o Certificado de Residência em Saúde, que constitui documento hábil para registro de especialidade junto aos Conselhos de Classe, conforme a legislação em vigor e a especificidade de cada Conselho Profissional. Incluem-se nesta os Regimentos Internos e o Regulamento da Comissão de Residência Multiprofissional da Universidade Federal do Paraná.

O funcionamento dos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional de Saúde da UFPR é assegurado pelos seguintes órgãos: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Setor de Ciências da Saúde, Setor de Ciências Agrárias, Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde (COREMU-UFPR), Conselho de Administração do CHC, Hospital Veterinário Campus I/Curitiba e pelos diversos Departamentos e Serviços envolvidos, devidamente regulamentados pelos seus Regimentos e pelos Regimentos de cada Programa de Residência da UFPR. Os Programas de Residência estão assim distribuídos: Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar – Hospital de Clínicas; Residência Multiprofissional em Saúde da Família – Setor de Ciências da Saúde e as Prefeituras Municipais de Colombo/PR, Piraquara/PR e Curitiba/PR; Residência em Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Faciais – Setor de Ciências da Saúde / Departamento de Estomatologia e Residência em Medicina Veterinária – Setor de Ciências Agrárias, Hospital Veterinário.

Os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde constituem modalidade de ensino de pós-graduação *Lato sensu*, sob a forma de curso de especialização, caracterizado por treinamento em serviço, com **carga horária presencial de 60 (sessenta) horas semanais, duração de 2 (dois) ou 3 (três) anos e em REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**. De acordo com a legislação vigente, não é permitido ao residente realizar outras atividades, concomitantemente à participação no Programa de Residência, sob pena de exclusão.

A presente Seleção será regida pelas normas constantes neste Guia do Candidato e pelo Edital n.º 05/2018 – COREMU.

Público Alvo e Vagas

A seleção para Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar, Residência Multiprofissional – Programa Saúde da Família, Residência em Área Profissional da Saúde - Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Faciais e Residência em Área Profissional da Saúde Medicina Veterinária Campus I – Curitiba 2018 tem públicos distintos de candidatos formados por diversos profissionais da área da saúde, a saber: enfermagem, farmácia, farmácia-bioquímica, fisioterapia, medicina veterinária, nutrição, odontologia, psicologia, serviço social e terapia ocupacional e que pretendem cursar residência multiprofissional ou em área profissional da saúde. As vagas disponíveis relacionadas a cada programa estão elencadas nos quadros a seguir:

PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA INTEGRADA MULTIPROFISSIONAL EM ATENÇÃO HOSPITALAR

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA	ÁREAS PROFISSIONAIS	VAGAS	DURAÇÃO
ATENÇÃO CARDIOVASCULAR	Enfermagem	--	2 anos
	Farmácia	--	2 anos
	Nutrição	--	2 anos
	Psicologia Psicanálise	--	2 anos
ATENÇÃO EM ONCOLOGIA E HEMATOLOGIA	Enfermagem	01	2 anos
	Farmácia-Bioquímica	--	2 anos
	Farmácia	--	2 anos
	Nutrição	--	2 anos
	Odontologia	--	2 anos
	Psicologia Analítica	--	2 anos
	Serviço Social	--	2 anos
	Terapia Ocupacional	02	2 anos
SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Enfermagem	03***	2 anos
	Fisioterapia	--	2 anos
	Psicologia Psicanálise	--	2 anos
SAÚDE DO ADULTO E DO IDOSO	Farmácia	--	2 anos
	Fisioterapia	--	2 anos
	Nutrição	--	2 anos
	Psicologia Psicanálise	--	2 anos
	Terapia Ocupacional	02**	2 anos
	Serviço Social*	--	2 anos
SAÚDE DA MULHER	Enfermagem	--	2 anos
	Psicologia Psicodrama	--	2 anos
	Serviço Social	01***	2 anos
	Terapia Ocupacional	02	2 anos
ATENÇÃO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	Enfermagem	--	2 anos
	Farmácia-Bioquímica	--	2 anos
	Fisioterapia	--	2 anos
	Psicologia Psicanálise	--	2 anos
	Serviço Social*	01	2 anos
TOTAL VAGAS OFERTADAS			12

*Um percentual das disciplinas específicas de Serviço Social, a ser definido pelo professor responsável pela tutoria do residente, será ministrado no Setor Litoral/UFPR, na cidade de Matinhos.

**Vagas disponibilizadas pós período de recursos.

***Vagas atualizadas e publicadas com o início das inscrições.

PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM SAÚDE DA FAMÍLIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA	ÁREAS PROFISSIONAIS	VAGAS	DURAÇÃO
SAÚDE DA FAMÍLIA	Enfermagem	01	2 anos
	Farmácia	02	2 anos
	Medicina Veterinária	01*	2 anos
SAÚDE DA FAMÍLIA	Nutrição	--	2 anos
	Odontologia	01*	2 anos
	Terapia Ocupacional	--	2 anos
TOTAL VAGAS OFERTADAS		05	

As atividades práticas serão realizadas nas Unidades de Saúde da Família no Município de Colombo/PR, Piraquara/PR e Curitiba/PR, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

*Vagas atualizadas e publicadas com o início das inscrições.

PARA OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA EM MEDICINA VETERINÁRIA – CAMPOS I/CURITIBA

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DOS PROGRAMAS	ÁREAS PROFISSIONAIS	VAGAS	DURAÇÃO
ANESTESIOLOGIA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	01	2 anos
CLÍNICA CIRÚRGICA DE PEQUENOS ANIMAIS	Médico Veterinário	--	2 anos
CLÍNICA MÉDICA DE PEQUENOS ANIMAIS	Médico Veterinário	--	2 anos
CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA DE ANIMAIS SELVAGENS - Hospital Veterinário – Curitiba/PR - Beto Carreiro World – Penha/SC	Médico Veterinário	--	2 anos
		--	2 anos
CLÍNICA MÉDICA E CIRÚRGICA DE GRANDES ANIMAIS	Médico Veterinário	--	2 anos
DIAGNÓSTICO POR IMAGEM	Médico Veterinário	--	2 anos
MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO	Médico Veterinário	04	2 anos
ODONTOLOGIA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	--	2 anos
OFTALMOLOGIA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	--	2 anos
ONCOLOGIA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	--	2 anos
ORNITOPATOLOGIA	Médico Veterinário	--	2 anos
PATOLOGIA CLÍNICA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	01	2 anos
PATOLOGIA CLÍNICA VETERINÁRIA – Área de atuação em Biologia Molecular	Médico Veterinário	01*	2 anos
PATOLOGIA VETERINÁRIA	Médico Veterinário	01	2 anos
TOTAL VAGAS OFERTADAS		08	

Observações:

Para os candidatos formados em universidade estrangeira é necessário que o diploma profissional tenha sido reconhecido pela Embaixada Brasileira em seu país e revalidado por universidade brasileira pública, em conformidade com o disposto no §2 do art. 48 da Lei nº 9394/96, de 20/12/96.

**Vagas atualizadas e publicadas com o início das inscrições.

Matrícula Presencial, Assinatura do Contrato e Ato de Posse

O ato de posse será realizado no dia **15 de março de 2018**, com a presença do próprio candidato na cerimônia de Posse, a ser realizada de acordo com o quadro abaixo:

PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE	HORA PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES	LOCAL
Atenção Hospitalar	07h30min	Hospital de Clínicas – Sala da COREME/COREMU, 2º andar do prédio central. Rua General Carneiro, nº 181 – Alto da Glória / Curitiba – PR
Saúde da Família	08h00 min	Departamento de Saúde Comunitária. R. Padre Camargo, nº 280, 7º andar – Alto da Glória / Curitiba – PR
Medicina Veterinária	08h00 min	Anfiteatro do Hospital Veterinário. R. dos Funcionários, nº 1.540, Juveve / Curitiba – PR

Atenção: **No caso de novas vagas virem a surgir até a data de início das inscrições, as informações sobre os programas e a quantidade serão complementadas neste Guia do Candidato até o dia 02 de março de 2018.** É responsabilidade dos interessados acompanhar as atualizações no endereço eletrônico do NC/UFPR (www.nc.ufpr.br).

Início das Atividades

O início das atividades para os aprovados nas vagas remanescentes dos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde da UFPR será realizado no dia **15 de março de 2018**, logo após o ato de posse, conforme apresentado acima.

Valor da Bolsa

O valor da bolsa assegurada aos profissionais de saúde residentes, em regime especial de treinamento é de R\$3.330,43 (três mil trezentos e trinta reais e quarenta e três centavos).

Programa de Provas e Referências

CONTEÚDO GERAL

1. ATENÇÃO HOSPITALAR
2. SAÚDE DA FAMÍLIA
3. CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAIS

PROGRAMA

1. Determinantes do processo saúde-doença: condições de vida e trabalho dos indivíduos, famílias e comunidade.
2. Promoção da saúde e prevenção de doenças.
3. História das políticas públicas de saúde no Brasil.
4. Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes; controle social e participação da comunidade; legislações correlatas.
5. Planejamento, avaliação e organização de serviços de saúde.
6. Atenção primária à saúde e estratégia saúde da família: princípios, fundamentos e legislação específica.
7. Trabalho em equipe multiprofissional.
8. Redes de Atenção à Saúde: conceitos, atributos essenciais e componentes.
9. Redes Temáticas ou Prioritárias no Sistema Único de Saúde: Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), Rede Cegonha (atenção à gestante e de atenção à criança até 24 meses), Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência e Rede de Atenção às Doenças e Condições Crônicas.
10. Vigilância em saúde: epidemiológica, vigilância sanitária e ambiental.

BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
2. BRASIL. Gabinete da Presidência. Decreto nº 7.508. **Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências**. Brasília-DF, 28 de junho de 2011.
3. BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde nº 8.080**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Brasília, 19 de setembro de 1990.
4. BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde nº 8.142**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências. Brasília, 28 de dezembro de 1990.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **DAB/ Rede Cegonha**. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_redecegonha.php> e <http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_ras.php?conteudo=rede_cegonha>.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **DAB/SMP RAS/ Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde**. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_ras.php?conteudo=rede_deficiencias>.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012. **Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde**. Brasília, 2012.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Políticas de saúde no Brasil: um século de luta pelo direito à saúde**. Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mASmxCU0nIE>>.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. (Série E. Legislação em Saúde) Brasília: Ministério da Saúde, 2012, 110 p.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013, 28 p.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Especializada. Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Rede de Atenção Psicossocial**.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde Mental**. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34) Brasília: Saúde, 2013, 176 p. Disponível em <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf>.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013, 84 p.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Implantação das Redes de Atenção à Saúde e outras estratégias da SAS/Ministério da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 160 p.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014, 812 p. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/fevereiro/06/guia-vigilancia-saude-atualizado-05-02-15.pdf>>.
16. BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 141**. Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo. Brasília-DF, 13 de janeiro de 2012.
17. BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Brasília, 2001.
18. CARVALHO, SR. Saúde coletiva e promoção da saúde: sujeito e mudança. **Saúde em Debate**, n. 163. São Paulo: Hucitec, 2005, 183p.
19. CONTANDRIOPOULOS, A. P.; CHAMPAGNE, F.; DENIS, J. L.; PINEAULT, R. Avaliação na área da saúde, conceitos e métodos. In: HARTZ, Z.M.A. **Avaliação em saúde dos modelos conceituais à prática na análise da implementação de programas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 29-48.
Disponível em <http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/manual_instrutivo_rede_atencao_urgencias.pdf>.
Disponível em <<http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/RAPS.pdf>>.

20. DIVULGAÇÃO EM SAÚDE PARA DEBATE, n. 52, p. 4-7, fascículo especial de outubro de 2014. Disponível em: <<http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/Divulgacao-52.pdf>>.
21. FURTADO JP. **Avaliação de Programas e Serviços**. In: CAMPOS GWS et al. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo-Rio de Janeiro: Ed. Hucitec, 2006, pp. 715-39.
22. MERHY, E. E. & FEUERWERKER, L. C. M. **Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea**. In: MANDARINO A. C. S. & GOMBERG E. (org.). Leituras de Novas Tecnologias e Saúde. São Cristóvão: Editora UFS, 2009, p.
23. MERHY, Emerson Elias; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. **Educação Permanente em Saúde: educação, saúde, gestão e produção do cuidado**. In: Ana Cristina de Souza Mandarino; Estélio Gomberg. (Org.). Informar e Educar em Saúde: análises e experiências (no prelo). 1 ed. Salvador: Editora da UFBA, 2011, v. 1, p. 5-21. Disponível em: <https://static.atencao basica.org.br/II_Mostra_EP/EP_Seducacao_saude_gestao_e_producao_do_cuidado_Merhy_e_Laura.pdf>.
24. OLIVEIRA, Roberta Gondim; GRABOIS, Victor e MENDES JÚNIOR, Walter Vieira (Org.) **Qualificação de gestores do SUS**. Rio de Janeiro, RJ : EAD/Ensp, 2009. 404 p. Disponível em: <http://faa.edu.br/portal/PDF/livros_eletronicos/medicina/19_qualificacao_gestores_sus.pdf>.
25. OPAS. Organização Panamericana de Saúde. Informe Dawson sobre el futuro de los servicios medicos y afines 1920: informe provisional presentado al Ministerio de Salud de la Gran Bretaña en 1920 por el Consejo Consultivo de Servicios Médicos y Afines. Washington:OMS, 1964. 38p. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B6q96ZZCFxnXN2RMMnJwam5qbW8/edit>>.
26. ROUQUAYROL, M.Z & ALMEIDA FILHO N. **Epidemiologia e Saúde**. 8 ed. Rio de Janeiro: Medsbook, 2013.
27. STARFIELD, B. **Atenção primária - Equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: Unesco, Ministério da Saúde, 2002, 725p.

ATENÇÃO HOSPITALAR - ENFERMAGEM

PROGRAMA

1. Prevenção e tratamento de doenças crônico-degenerativas.
2. Prevenção e tratamento de doenças transmissíveis.
3. Saúde do trabalhador.
4. Tecnologias e assistência de enfermagem.
5. Assistência de enfermagem ao paciente crítico.
6. Assistência de enfermagem ao paciente clínico-cirúrgico.
7. Assistência de enfermagem ao paciente crônico e família.
8. Assistência de enfermagem ao paciente oncológico.
9. Assistência de enfermagem ao paciente em situações de urgência e emergência.
10. Assistência à saúde do adolescente, criança e mulher.
11. A dor e as intervenções de enfermagem. Segurança do paciente.
12. Aspectos éticos e legais da atuação do profissional de enfermagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BONASSA, EM; GATO, MIR. **Terapêutica oncológica para enfermeiros e farmacêuticos**. São Paulo: Atheneu, 2012.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de prevenção de quedas**. 2013. [Internet]. Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/Protocolo%20-%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20de%20Quedas.pdf>>.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestão de alto risco. Manual técnico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. [Internet]. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_gestacao_alto_risco.pdf>.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia para o uso de hemocomponentes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. [Internet]. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/guia_uso_hemocomponentes.pdf>.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hepatite B e Coinfecções**. 2017. [Internet]. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2016/59318/pcdt_hepatite_b_10_04_2017_web_pdf_15464.pdf>
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica. N. 36. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus**. Ministério da Saúde: Brasília. 2013. [Internet]. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf>
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica. N. 37. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica**. Ministério da Saúde: Brasília. 2013. [Internet]. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf>
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica. N. 39. Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. Ministério da Saúde: Brasília. 2014. [Internet]. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf>
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Primária. N. 29. Rastreamento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. [Internet]. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad29.pdf>.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Primária. N. 33. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. [Internet]. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_33.pdf>.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. **Dengue. Diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança**. Ministério da Saúde: Brasília. 2016. [Internet]. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/public/media/ZgUINSpZiwmb3/10900120219262619909.pdf>>
12. BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso**. 8 ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. [Internet]. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_gui_bolso.pdf>.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. [Internet]. Disponível em: <http://www.hc.ufpr.br/arquivos/guia_vigilancia_saude_completo.pdf>.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de identificação do paciente**. 2013. [Internet]. Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/Protocolo%20de%20Identifica%C3%A7%C3%A3o%20do%20Paciente.pdf>>.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de prevenção de úlcera por pressão**. 2013. [Internet]. Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002429jFPtGg.pdf>>.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamento**. 2013. [Internet].

Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/0000024901QmwD8.pdf>>.

17. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo para a prática de higiene das mãos em serviços de saúde**. 2013. [Internet]. Disponível em: <<http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002428z8pha4.pdf>>.
18. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria 485/2005**. Aprova e regulamenta a Norma Regulamentadora n.32 de Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de saúde. 2005. [Internet]. Disponível em: <<http://sbbq.iq.usp.br/arquivos/seguranca/portaria485.pdf>>.
19. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Decreto 94406/87**. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Conselho Federal de Enfermagem. [Internet]. 1986. [Internet]. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html>.
20. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução 259/2001**. Dispõe sobre a Residência em Enfermagem. Conselho Federal de Enfermagem. 2001. [Internet]. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-2592001_4297.html>.
21. DUNCAN, B.B.; SCHIMIDT, M.I.; GIUGLIANI, E.R.J. e colaboradores. **Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária e baseadas em evidências**. Porto Alegre: Artmed; 2006.
22. FIGUEIREDO, NMA; MACHADO, WCA. **Tratado cuidados de enfermagem médico-cirúrgica**. São Paulo: Roca, 2012. Vol I e II.
23. HOCKENBERRY, DW. **Wong fundamentos de enfermagem pediátrica**. [tradução de Maria Inês Correa Nascimento] 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
24. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **Ações de enfermagem para o controle do câncer: uma proposta de integração ensino-serviço**. / Instituto Nacional de Câncer. – 3. ed. rev. atual. ampl. – Rio de Janeiro: INCA, 2008. [Internet]. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/acoes_enfermagem_controle_cancer.pdf>.
25. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO SÍRIO LIBANÊS DE ENSINO E PESQUISA **Protocolos de atenção básica: saúde das mulheres**. 2016. [Internet]. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_saude_mulher.pdf
26. POTTER, P. **Fundamentos de enfermagem**. [tradução de Mayza Ritomy Ide ... et al.] Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
27. ROCHA, RM; MARTINS WA [editores]. **Manual de prevenção cardiovascular**. 1. ed. – São Paulo: Planmark; Rio de Janeiro: SOCERJ - Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, 2017. [Internet]. Disponível em: <https://socerj.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Manual_de_Prevencao_Cardiovascular_SOCERJ.pdf>

ATENÇÃO HOSPITALAR - FARMÁCIA

PROGRAMA

1. Política de medicamentos no Brasil. Saúde baseada em evidências.
2. Farmacocinética, Farmacodinâmica e Equivalência Terapêutica.
3. Ciclo de Assistência Farmacêutica e a Farmácia Hospitalar.
4. Farmacoterapia para o tratamento de problemas de saúde ligados as Doenças Infecciosas, Cardiovasculares, Diabetes Mellitus, Asma, DPOC, Hepatopatias e Nefropatias em pediatria, adulto, idoso e gestantes.
5. Tratamento de náuseas e vômitos em pacientes com câncer.
6. Manejo da neutropenia febril em pacientes com câncer;
7. Segurança no uso de medicamentos.
8. Erros de medicamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Legislações brasileiras aplicáveis à farmácia hospitalar, medicamentos, produtos para a saúde e a pesquisa clínica.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para manejo da infecção pelo HIV em adultos. Brasília - 2013. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/55308/protocolo_final_31_7_2015_pdf_30707.pdf>.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo de Segurança na Prescrição, uso e Administração de Medicamentos. 2013. Disponível em: <<http://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/seguranca-na-prescricao-uso-e-administracao-de-medicamentos>>
4. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia para o Manejo da Asma - 2012. Jornal Brasileiro de Pneumologia. 2012. Nov 1;32 (Suplemento 1):S1-S46.
5. EUROPEAN SOCIETY FOR MEDICAL ONCOLOGY. 2016 MASCC and ESMO guideline update for the prevention of chemotherapy- and radiotherapy-induced nausea and vomiting and of nausea and vomiting in advanced cancer patients. 2016. Disponível em: <<http://www.esmo.org/Guidelines/Supportive-Care/MASCC-and-ESMO-Consensus-Guidelines-for-the-Prevention-of-Chemotherapy-and-Radiotherapy-Induced-Nausea-and-Vomiting>>.
6. EUROPEAN SOCIETY FOR MEDICAL ONCOLOGY. Management of Febrile Neutropenia: ESMO Clinical Practice Guidelines. 2016. Disponível em: <<http://www.esmo.org/Guidelines/Supportive-Care/Management-of-Febrile-Neutropenia>>.
7. FUCHS, Flavio Danni . Farmacologia Clínica - Fundamentos da Terapêutica Racional - 4ª Ed. 2010.
8. GILBERT, David N.. Guia Sanford Para Terapia Antimicrobiana 2015. Ac Farmaceutica - Grupo Gen, 2015.
9. GOMES, M. J. V. M.; REIS, A. M. M. Ciências Farmacêuticas – Uma abordagem em Farmácia Hospitalar. Ed. Ateneu, 2001.
10. HANSHKOV, V. Pesquisa clínica no Brasil e responsabilidade ética: Um estudo das normas à luz da Bioética - Biodireito - Âmbito Jurídico.
11. HIGGINS, J.P.T.; Green, S. Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions. Version 5.1.0 [updated March 2011]. ed: The Cochrane Collaboration, 2011.
12. KRINSKY DL et al. Handbook of nonprescription drugs: an interactive approach to self-care. 18. ed. Washington: American Pharmacists Association; 2014. 104 p.
13. MARGONATO, 2006. As atribuições do farmacêutico na política nacional de medicamentos. v.18, nº 3/4, Infarma 2006.

14. NAVARI, R.M.; 5-HT3 receptors as important mediators of nausea and vomiting due to chemotherapy. 2015. *Biochimica et Biophysica Acta*. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0005273615000991>
15. NISHIOKA, 2006. Regulação da Pesquisa Clínica no Brasil: Passado, Presente e Futuro. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/medicamentos/pesquisa/artigos/artigo_ph_48_serjio_nishioka.pdf?script=s.
16. SIMAO, A.F, Prêcoma D.B, Andrade J.P, Correa Filho H, Saraiva J.F.K, Oliveira G.M.M. Sociedade Brasileira de Cardiologia. I Diretriz Brasileira de Prevenção Cardiovascular. *Arq Bras Cardiol*; 2013. p. 101 (6Supl.2): 1–63.
17. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão. *Arq. Bras. Cardiol. São Paulo*, Volume 107, Nº 3, 2017. ISSN-0066-782X
18. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. V Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose. *Arq Brás Cardiol* 2013.
19. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. V Diretrizes de Monitoração Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA) e III Diretrizes de Monitoração Residencial da Pressão Arterial (MRPA). *Arq. Bras. Cardiol.*, São Paulo, v. 97, n. 3, Sept. 2011 .
20. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2015-2016. São Paulo: 2015.
21. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2013-2014. São Paulo: 2014.
22. STORPIRTIS, S. et al. *Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica*. Ed. Guanabara Koogan, 2008.
23. SUTTON, A.J.; Abrams, K.R.; Jones, D.R.; Sheldon, T.A.; Song, F. *Methods for Meta-Analysis in Medical Research*. Wiley: 2000. 317 p.
24. WORLD HEALTH ORGANIZATION . Medication Errors: Technical Series on Safer Primary Care. 2016. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/252274/1/9789241511643-eng.pdf?ua=1&ua=1> .
25. WORLD HEALTH ORGANIZATION . Medication Without Harm. 2017. Disponível em: http://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2017/05/WHO-Brochure-GPSC_Medication-Without-Harm-1.pdf.

ATENÇÃO HOSPITALAR – FARMÁCIA BIOQUÍMICA

PROGRAMA

1. Legislação aplicada a laboratórios de análise clínicas.
2. Aspectos clínicos e Laboratoriais dos seguintes temas: Hematologia, Bacteriologia, Virologia, Parasitologia.
3. Micologia.
4. Bioquímica.
5. Sorologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BERG; J. M.; STRYER, L.; TYMOCZKO, J. L. **Bioquímica**. 7ª ed; Guanabara Koogan, 2014.
2. BURTIS, C.A et al. **Textbook of Clinical Chemistry and Molecular Diagnostics**. 5ªed.; Saunders, 2012.
3. GREER J.P et al. **Wintrobe's Clinical Hematology**, 13ªed. Lippincott Williams e Wilkins, 2014.
4. HOFFBRAND, A.V., PETTIT, J.E., MOSS, P.A.H. **Fundamentos em Hematologia**. 4. ed. Artmed, Porto Alegre, 2004.
5. JORGENSEN, J. H. et al. *Manual of Clinical Microbiology*. 11 ed. ASM press, Washington, DC, 2015.
6. KONEMAN, E.W. *Diagnóstico microbiológico: texto e atlas colorido*. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
7. MANUAL TÉCNICO PARA O DIAGNÓSTICO DA INFECÇÃO PELO HIV. Ministério da Saúde. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.pncq.org.br/QualineWS/BR/Index/173>
8. NELSON, D. L.; COX, M. M. **Princípios de Bioquímica de Lehninger**. 6ª ed; Artmed, 2014.
9. NEVES, P. D. **Parasitologia Humana**. 11ª ed. São Paulo: Atheneu, 2004.
10. OPLUSTIL, C. P. et al. *Procedimentos básicos em Microbiologia Clínica*. 3 ed. Sarvier, São Paulo, 2010
11. RESOLUÇÃO – RDC/ANVISA Nº. 302, de 13 de outubro de 2005.
12. SANTOS, N. S. O; ROMANOS, M. T. V; WIGG, M.D. **Introdução a Virologia Humana**. 3ªed. Editora: Guanabara Koogan, 2015.

ATENÇÃO HOSPITALAR - FISIOTERAPIA

PROGRAMA

1. Avaliação e tratamento multidimensional do adulto/idoso e pediátrico, em todos os níveis de complexidade.
2. Avaliação e tratamento fisioterapêutico nas clínicas médica, neurologia, infectologia, pediatria e ortopedia.
3. Avaliação e tratamento fisioterapêutico nas clínicas cirúrgicas: ortopedia, cirurgia geral adulto e pediátrica, neurocirurgia.
4. Avaliação e tratamento fisioterapêutico em urgência e emergência, em unidade de terapia intensiva adulto/idoso e pediátrico, UTI neonatal.
5. Modalidades de ventilação mecânica.
6. Avaliação e tratamento fisioterapêutico do paciente com hemofilia e demais coagulopatias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CASTILHO-WEINERT, L.V.; FORTI-BELLANI, C.D. **Fisioterapia em Neuropediatria**. Curitiba: Omnipax, 2011 (on line).
2. CORRÊA. C. L. **Paralisia facial periférica**. São Paulo: Phorte, 2011.
3. DIRETRIZES BRASILEIRAS DE VENTILAÇÃO MECÂNICA, AMIB, 2013.
4. DUTTON, M. **Fisioterapia ortopédica: exame, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
5. FERREIRA, A. S. **Lesões nervosas periféricas: diagnóstico e tratamento**. São Paulo: Santos, 2006.

6. GREVE, J.M.D. **Tratado de medicina de reabilitação**. São Paulo: Roca, 2007.
7. GUCCIONE, A. A. **Fisioterapia geriátrica**. 2ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
8. IRWIN, S.&TECKLIN,J.S. **Fisioterapia Cardiopulmonar**.3ªed.São Paulo: Manole, 2003.
9. ISRAEL,V.L.; BERTOLDI, A.L.S. **Deficiência físico-motora: interface entre educação especial e repertório funcional**. Curitiba: IBPEX, 2010.
10. KISNER C, COLBY LA. **Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas**. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2009.
11. LONG, T. M; CINTAS, H. L. **Manual de Fisioterapia Pediátrica**. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.
12. MACHADO. M.G.R. **Bases da fisioterapia respiratória: terapia intensiva e reabilitação**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
13. MAGEE, D. J. **Avaliação musculoesquelética**. 5ªed. São Paulo: Manole, 2010.
14. MOURA de, E. W; LIMA, E; BORGES, D; CAMPOS E SILVA, P. A. **Fisioterapia: aspectos clínicos e práticos da reabilitação**.2ªed. São Paulo: Artes Médicas, 2010.
15. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF)**- São Paulo: Editora da USP, 2003.
16. PACHECO, L. R. L; WOLFF, A. L. P. **Ortopedia e fisioterapia em hemofilia**. São Paulo: Manole, 2013.
17. PRADO, C; VALE, L. A. **Fisioterapia neonatal e pediátrica**. São Paulo: Manole, 2012.
18. REBELATTO, J. R., MORELLI, J. G. S. **Fisioterapia geriátrica: a prática da assistência ao idoso**. São Paulo: Manole, 2004.
19. SARMENTO, G. J. V. **Fisioterapia respiratória no paciente crítico: rotinas clínicas**. 3ed. Barueri: Manole, 2010.
20. SARMENTO,G.J.V. **Princípios e práticas de ventilação mecânica**. São Paulo: Manole, 2010.

ATENÇÃO HOSPITALAR - NUTRIÇÃO

PROGRAMA

Nutrição: Digestão e Absorção de Nutrientes, Diagnóstico e Avaliação Nutricional; terapia nutricional em: Hipertensão Arterial Sistêmica; Dislipidemia; Doença Arterial Coronária Crônica; Insuficiência Cardíaca; Obesidade e Síndrome Metabólica; Diabetes Mellitus; Distúrbios Motores do Esôfago; Doença do Refluxo Gastro-Esofageano; tratamento das Doenças do Estômago; Pancreatite; Diarréias; Doença Celíaca; Doenças inflamatórias intestinais; Constipação Intestinal; Síndrome do Intestino Irritável; Doença Diverticular dos Cóloons; Distúrbios Gastrointestinais no Idoso; Doenças Hepáticas; Anemias; Doença Cérebro Vascular; Doenças Renais; Cirurgias do Sistema Digestivo; Cuidados Nutricionais no Câncer e Transplante de Medula Óssea; Cuidados Nutricionais nas doenças infectocontagiosas; erros inatos do metabolismo, alergias e intolerâncias alimentares e assistência nutricional em condições psiquiátricas, Terapia Nutricional Enteral e Parenteral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Consenso nacional de nutrição oncológica. / Instituto Nacional de Câncer. 2 ° Ed: Rio de Janeiro: INCA, 2015
2. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Consenso nacional de nutrição oncológica. Volume II / Instituto Nacional de Câncer. 2 ° Ed: Rio de Janeiro: INCA, 2016
3. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Consenso nacional de nutrição oncológica: paciente pediátrico oncológico. Instituto Nacional de Câncer. Rio de Janeiro: INCA, 2014
4. DIRETRIZES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES – São Paulo: AC Farmacêutica, 2013. <http://www.diabetes.org.br/diretrizes-e-posicionamentos>
5. FIDELIX MSP Manual Orientativo do Cuidado de Nutrição. Associação Brasileira de Nutrição, 2014 disponível em: <http://www.asbran.org.br/noticias.php?dsid=1265>
6. MAHAN, L.K. Escott-Stump, S. Krause: Alimentos, nutrição e dietoterapia. 13º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013
7. SHILLS M. SHIKE, M, ROSS A. C. et al. Nutrição moderna na saúde e na doença. 12 ed. Barueri: Manole, 2009.
8. Sociedade Brasileira de Cardiologia ATUALIZAÇÃO DA DIRETRIZ BRASILEIRA DE DISLIPIDEMIAS E PREVENÇÃO DA ATEROSCLEROSE – 2017 Volume 109, Nº 2, Supl. 1, Agosto 2017. file:///C:/Users/NUTRICA0/Downloads/02_DIRETRIZ_DE_DISLIPIDEMIAS%202017.pdf
9. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA VII Diretriz Brasileira de Hipertensão, Arq Bras Cardiol. 2016;107(n. 7 supl.3) http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf
10. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. I Diretriz sobre consumo de gorduras e saúde cardiovascular. Arq Bras Cardiol. 2013;100(1supl.3). http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2013/Diretriz_Gordura.asp
11. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. V Diretriz Brasileira de Dislipidemia e Prevenção de Aterosclerose. Arq Bras Cardiol. 2013;101(n.4supl.1) http://www.sbpc.org.br/upload/conteudo/V_Diretriz_Brasileira_de_Dislipidemias.pdf

ATENÇÃO HOSPITALAR - ODONTOLOGIA

PROGRAMA

1. Estomatologia.
2. Manifestações bucais de doenças sistêmicas.
3. Manejo odontológico do paciente oncológico.
4. Manejo odontológico do paciente com discrasias sanguíneas.
5. Assistência odontológica no pré, trans e pós transplante de medula óssea e quimioterapia antineoplásica.
6. Câncer Bucal e da região de cabeça e pescoço.
7. Neoplasias hematológicas.
8. Falência medular.
9. Exame hematológicos.
10. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, Protocolos de referência e contrarreferencia em saúde bucal, Telessaúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CAWSON, R.A.; ODELL, E.W. Cawsons – Fundamentos Básicos de Patologia e Medicina Oral, 8ª.ed., Santos Editora, 2013.
2. LITTLE, J.W.; FALACE, D.A.; MILLER, C.S.; RHODUS, N.L. Manejo Odontológico do Paciente Clinicamente Comprometido. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
3. MARCUCCI G. Fundamentos de Odontologia: Estomatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
4. NEVILLE, B.; BOUQUOT, J.E.; DAMM, D.D.; ALLEN, C.M. Patologia Oral e Maxilofacial, 3ª.ed., Elsevier/Medicina Nancional, Rio de Janeiro, 2009.

ATENÇÃO HOSPITALAR - PSICOLOGIA

PROGRAMA

1. Psicologia Hospitalar.
2. Psicologia Analítica.
3. Psicodrama.
4. Psicanálise.
5. Ética Profissional.
6. Pesquisa em Psicologia.
7. Psico-Oncologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMORIM, S. & BILOTTA, F. Jung e Saúde: Temas Contemporâneos. Cap. 03 e 16. Paco Editorial. 2014.
2. BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 mai. 2016. Seção 1.
3. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2015. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.
4. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Cadernos de Psicologia Hospitalar CRP 08. Coletânea Coleção Psi - Série Técnica – CRP08. Disponível em: <http://www.portal.crpr.org.br/download/164.pdf>.
5. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Resolução CRP nº 005/2007. Institui as normas para preenchimento de prontuários pelos psicólogos dos serviços de saúde. Disponível em: http://www.portal.crpr.org.br/editor/file/legislacao/resolucao_crp_2007_005.pdf.
6. DIAS, V.R.C. Psicodrama: Teoria e Prática – Caps. 1 a 4 e 9. Ed. Ágora- São Paulo - 1987.
7. FONSECA FILHO, J. Psicodrama da Loucura. Caps 1 e 5. São Paulo. Ed Ágora. 2008.
8. FREIRE, J.M.G. e PEREIRA, M.E.C. Avaliação de resultados em psicanálise: Bambi sobreviverá a Godzilla? Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382011000100009.
9. FREUD, S. A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão. In: Obras completas. Vol. XI. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
10. FREUD, S. A Dinâmica da Transferência. In: Obras Completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
11. FREUD, S. Inibições, sintomas e ansiedade. Obras completas. Vol. XX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
12. FREUD, S. Luto e Melancolia. Obras completas. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
13. FREUD, S. O inconsciente. In: Obras Completas. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
14. FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: Obras Completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
15. FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. In: Obras completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
16. FREUD, S. Sobre o Início do Tratamento. In: Obras completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
17. FREUD, S. Sobre os critérios para diferenciar da neurastenia uma síndrome particular intitulada “neurose de angústia” In: Obras completas. Vol. III. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
18. GONÇALVES C. S., WOLFF J. C., ALMEIDA W. C. Lições de Psicodrama, Introdução ao Pensamento de J. L. Moreno. Capítulos 4 a 7, 9 e São Paulo, Ágora, 1988.
19. JUNG, C. G. A Vida Simbólica. Obras Completas, volume XVIII/I. Cap. II. Símbolos e Interpretação dos Sonhos. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 1998.
20. JUNG, C. G. Tipos Psicológicos. Obras Completas, volume VI. Cap. X. Descrição Geral dos Tipos e XI. Definições. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 1991.
21. LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. Escritos. Jorge Zahar, 1998.
22. LACAN, J. O Seminário – livro 11 – Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise. Caps. 16 e 17. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
23. LUNA FILHO, B. A ciência e a arte de ler artigos médicos. Caps 1 e 2. São Paulo. Atheneu Editora, 2010.

24. MADUREIRA, A.F. A.I e BRANCO, A. U. A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. **Temas psicol.**[online]. 2001, vol.9, n.1, pp. 63-75. ISSN 1413-389X.
25. MOURA, M.D. (organizadora). *Oncologia: Clínica do limite terapêutico?* Psicanálise e Medicina. Artesan Editora, Belo Horizonte, 2013.
26. MOURA, M.D. (organizadora). *Psicanálise e Hospital.* (Caps. 1, 2, 9 e 10) 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
27. NASIO, J.D. *Como agir com um adolescente difícil?* Rio de Janeiro. Zahar, 2011.
28. OLIVEIRA, N. D. e TAFURI M.I. O método psicanalítico de pesquisa e a clínica: reflexões no conteúdo da universidade, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142012000400007&script=sci_abstract
29. PAMPLONA, V. *Mulher, Parto e Psicodrama.* Capítulos 1 a 4. 1ª ed. São Paulo, Ágora, 1990.
30. SPITZ, R.A. *O primeiro ano de vida.* Caps 3,5,13 e 14. Martins Fontes; 1979
31. VIGANO, C. *Avaliação e evidência clínica na saúde mental.* Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rp/v13n3/a07v13n3.pdf>
32. ZIMMERMANN, Elisabeth (organizadora). *Corpo e Individualização.* Capítulos 3, 4 e 5. Editora Vozes. 2009.

ATENÇÃO HOSPITALAR – SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA

1. Ética e regulamentação profissional.
2. Fundamentos e produção do conhecimento do Serviço Social.
3. Serviço Social e Saúde.
4. Políticas Sociais.
5. Sistema Único de Saúde – SUS.
6. Política de Saúde.
7. Residências Multiprofissionais em Saúde.
8. Gestão e Controle Social na Saúde.
9. Violência.
10. Direitos Humanos e Sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky de; BRAVO, Maria Inês de Souza. Privatização da gestão e organizações sociais na atenção à saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12 n. 3, p. 499-518, set./dez. 2014.
2. AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; NOGUEIRA, Conceição. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. **Saúde e Sociedade**, Set 2008, vol.17, no.3, p.101-112. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n3/11.pdf>
3. BARROCO, Maria Lucia Silva & TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado.** Conselho Federal de Serviço Social (organizador). São Paulo; Cortez, 2012.
4. BRASIL. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições de promoção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm
5. BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm
6. BRASIL. **Lei 8.662, de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm
7. BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde.** 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde. 2011. Disponível em: <http://www.use.ufscar.br/direitos-e-deveres-dos-usuarios/carta-direitos-usuarios>
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS.** 4.ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/humanizassus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf
10. CLOSS, Thaísa Teixeira. Inserção do Serviço Social nas residências multiprofissionais em atenção básica. In: BELLINI, Maria Isabel Barros; CLOSS, Thaísa Teixeira (orgs.). **Serviço social, residência multiprofissional e pós-graduação: a excelência na formação do assistente social** [recurso eletrônico] Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EdiPUCRS, 2012. (p. 34-62). Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0192-6.pdf>
11. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Código de Ética do Assistente Social. **Resolução CFESS n. 594 de 21 de janeiro de 2011.** Disponível em: http://www.cfess.org.br/br/s/library/pdfs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf
12. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Resolução n. 383 de 29 de março de 1999.** Caracteriza o assistente social como profissional da saúde. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_383_99.pdf
13. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde.** Brasília: CFESS/CRESS, 2010. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf

14. COSTA, Ana Maria; VIEIRA, Natália Aurélio. Participação e controle social em saúde. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro**: organização e gestão do sistema de saúde [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 3. pp. 237-271. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/98kpw/pdf/noronha-9788581100173-08.pdf>
15. IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Capítulo II, itens 2 e 3; Capítulo III, itens 1, 2, 3; Capítulo IV, item 2 e 2.1).
16. MENDES, Jussara Maria Rosa e ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social Sociedade** [online]. 2014, n. 120, (p. 640-661). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/03.pdf>
17. NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro Regina Célia Tamaso Mioto. Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional Sociais no Campo da Saúde. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: http://www.sbfpa.org.br/fnepas/pdf/servico_social_saude/sumario.htm
18. SOUZA FILHO, Rodrigo de. Fundo Público e Políticas Sociais. **Serviço Social e Sociedade**. n. 126, São Paulo, mai/ago 2016. (p. 318-339). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n126/0101-6628-sssoc-126-0318.pdf>
19. VARGAS, Tatiane Moreira de; BELLINI, Maria Isabel Barros. Serviço social e educação na saúde: considerações sobre a inserção do serviço social nos programas de residência multiprofissional em saúde In: BELLINI, Maria Isabel Barros; CLOSS, Thaísa Teixeira (orgs.). **Serviço social, residência multiprofissional e pós-graduação**: a excelência na formação do assistente social [recurso eletrônico] Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EdUPUCRS, 2012. (p. 63-77).

ATENÇÃO HOSPITALAR – TERAPIA OCUPACIONAL

PROGRAMA

1. O adolescente, o adulto e idoso, sua família e a hospitalização.
2. As transformações do cotidiano e reações psicossociais aos processos de adoecimento e hospitalização.
3. Prevenção de infecção hospitalar e segurança do paciente.
4. Equipe multiprofissional em contextos Hospitalares.
5. Morte, Luto e Perdas.
6. Cuidados Paliativos.
7. A Atuação do Terapeuta Ocupacional em Contexto Hospitalar nas Condições Clínicas Predominantes nas Áreas de Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Hematologia, Infectologia, Neurologia e Oncologia e Saúde da Mulher, Interconsulta de Terapia Ocupacional.
8. Programas de Humanização e Terapia Ocupacional.
9. Fundamentos da Terapia Ocupacional.
10. Modelos e Abordagens da Terapia Ocupacional.
11. Métodos e Técnicas de Avaliação.
12. Atividades e Recursos Terapêuticos em Terapia Ocupacional.
13. Ética e Regulamentação Profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AOTA. Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo 3.ª ed. Occupational therapy practice framework: Domain and process- (3rd ed.). Tradução de: Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui; (versão original: *American Journal of Occupational Therapy*, 68(Suppl.1), S1–S48. <http://dx.doi.org/10.5014/ajot.2014.682006>). Rev Ter Ocup USP [Internet]. 2015 [acesso em 2015 ago 2] jan.-abr; 26(ed. esp.):1-49. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/issue/download/7332/287>>.
2. Botega, N.J. (Org.). Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. cap. 2, 3, 4, 13, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 32.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da saúde, 2004 (Série B. Textos Básicos de Saúde) [acesso em 27 jul 2015]; Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Humanizasus_2004.pdf>.
4. Cavalcanti, A.; Galvão, C., organizadoras. Terapia Ocupacional – Fundamentação & Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007, cap. 5, 6, 9, 10, 12, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 55, 56.
5. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº425, De 08 de julho de 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. (D.O.U.nº 147, Seção 1 de 01 ago 2013. [Internet]. [acesso em 2015 jul 28]. Disponível em: <<http://www.coffito.org.br>>.
6. De Carlo, M. M. R. P.; Bartalotti, C. C. Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas. 3. ed, São Paulo: Plexus, 2001.
7. De Carlo, M. M. R. P.; Luzo, M. C. M. Terapia Ocupacional: Reabilitação Física e Contextos Hospitalares. São Paulo: Roca, 2004, cap. 1, 4, 5, 6, 10, 12, 13.
8. De Carlo, M. M. R. P.; Queiroz, M. E. G. Dor e Cuidados Paliativos: Terapia Ocupacional e Interdisciplinaridade. São Paulo: Roca, 2008.
9. Galheigo, S. M. Terapia ocupacional, a produção do cuidado em saúde e o lugar do hospital: reflexões sobre a constituição de um campo de saber e prática. Rev Ter. Ocup USP [Internet] . 2008 jan./abr [acesso em 2015 jul 28] 19(1): p. 20-28.
10. Hagedorn, R. Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: uma abordagem estruturada aos conhecimentos e processos centrais. Tradução por Melissa Ticko Muramoto. São Paulo: Roca, 2007, cap. 2, 11, 13, 14, 15.
11. Hagedorn, R. Fundamentos da prática em Terapia Ocupacional. Trad. José Batista. rev. técnica Selma Lacman. São Paulo: Dynamis, 1999. cap. 5, 10.
12. Neistadt, M.; Crepeau, E. B. Willard & Spackman - Terapia Ocupacional. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002, cap. 19,

35, 39.

13. Othero, M. B. (Org.). Terapia Ocupacional – Práticas em Oncologia. São Paulo: Roca, 2010, cap. 1, 2, 3, 4, 5, 13, 19.
14. Pedretti, L. W.; Early, M. B. Terapia Ocupacional: Capacidades Práticas para as Disfunções Físicas. São Paulo: Roca, 2005.
15. Trombly, A. C.; Radomski, M. V. Terapia Ocupacional para Disfunções Físicas. 5. ed. São Paulo: Santos, 2005, cap., 11, 30, 32, 38, 40, 44, 47.

SAÚDE DA FAMÍLIA - ENFERMAGEM

PROGRAMA

1. Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente.
2. Atenção à Saúde da Mulher.
3. Atenção à Saúde do Adulto.
4. Atenção à Saúde do Idoso.
5. Atenção em Saúde Mental.
6. Ética e Bioética aplicada à Enfermagem.
7. Lei do Exercício Profissional e Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
8. Normas e Práticas de Biossegurança.
9. Segurança do paciente. Procedimentos de Enfermagem.
10. Intervenções Básicas em Urgência e Emergências.
11. Processo de Enfermagem.
12. Vigilância à Saúde.
13. Processo de trabalho na Atenção Básica.
14. Vigilância Sanitária. Vigilância Epidemiológica.
15. Programa Nacional de Imunização e Calendário vacinal e cuidados na conservação dos imunobiológicos.
16. Atenção à saúde de pessoas com necessidades especiais.
17. Gerenciamento de Enfermagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BACELAR JÚNIOR, AJ. et al . CÂNCER DE PRÓSTATA: MÉTODOS DE DIAGNÓSTICO, PREVENÇÃO E TRATAMENTO. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR**. Vol.10, n.3, pp.40-46 Mar - Mai 2015. Disponível em http://www.mastereditora.com.br/periodico/20150501_174533.pdf
2. BRASIL. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica familiar contra a mulher. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 34 p. – (Série ação parlamentar; n. 422). Disponível em <http://adcon.m.gov.br/ACERVO/spmrrn/DOC/DOC000000000076385.PDF>
3. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vigilância em Saúde - Parte 1**. Brasília: CONASS, 2011. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_5.pdf
4. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vigilância em Saúde - Parte 2**. Brasília: CONASS, 2011. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011). Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_6.pdf
5. BRASIL. Estatuto do Idoso. **Lei nº 10741/03 | Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03>
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL – Saúde da Mulher**. Disponível em http://portalsaude.saude.gov.br/images/PDF/2016/abril/26/Informe%203_13_04_16.pdf
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta da Gestante 3ª edição** Brasília – DF 2016 Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/01/Caderneta-Gest-Internet.pdf>
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendário Nacional de Vacinação da Criança (PNI) – 2016**. Disponível em <http://saude.es.gov.br/Media/sesa/Imuniza%C3%A7%C3%A3o/Calend%C3%A1rio%20Nacional%20de%20Vacina%C3%A7%C3%A3o%20a%20Crian%C3%A7a%20-%20PNI%20-%202016.pdf>
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Carta5.pdf>
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 40p.: il. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Informativa nº 384, de 26/12/2016 – CGPNI/DVDT/SVS/MS. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica nº 39). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf
14. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Disponível em: http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria_2528.pdf
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Triagem neonatal biológica: manual técnico / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 80 p. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/triagem_neonatal_biologica_manual_tecnico.pdf
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf

18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero da mama. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle_canceres_colo_uterio_2013.pdf
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada.pdf
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcd26.pdf
21. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS – a Rede Cegonha. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html
22. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_doenca_cronica_diabetes_mellitus.pdf
23. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 192 p. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa_n19.pdf
24. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica.pdf
25. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Doenças respiratórias crônicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_respiratorias_cronicas.pdf
26. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, nº. 33). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf
27. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 184 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica; nº 23). Disponível em http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf
28. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica; nº. 24). Disponível em [http://brasil.campusvirtualsp.org/sites/default/files/Sade%20na%20Escola%20Caderno_Aten_Bas_24_PSE%20\(1\).pdf](http://brasil.campusvirtualsp.org/sites/default/files/Sade%20na%20Escola%20Caderno_Aten_Bas_24_PSE%20(1).pdf)
29. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linha de cuidado para atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_366915019.pdf
30. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 212 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 38). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_doenca_cronica_obesidade_cab38.pdf
31. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção às mulheres com gestação de anencefalo: norma técnica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/maio/13/anencefalianovo.pdf>
32. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 162 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica_cab35.pdf
33. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde: saúde da família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_estrutura_ubs.pdf
34. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em <http://combateades.saude.gov.br/images/sala-de-situacao/Microcefalia-Protocolo-de-vigilancia-e-resposta-10mar2016-18h.pdf>
35. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf
36. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_epidemiologica_eventos_adversos_pos_vacinacao.pdf
37. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. NOTA INFORMATIVA E RECOMENDAÇÕES SOBRE A SAZONALIDADE DA INFLUENZA 2017. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/414-secretaria-de-vigilancia-de-a-a-z/influenza/22873-informacoes-sobre-gripe>
38. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>
39. BRASIL. RESOLUÇÃO - RDC Nº 36, DE 25 DE JULHO DE 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e outras providências. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html

40. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - DECRETO N 94.406/87 Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html
41. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício enfermagem e dá outras providências, 1986. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html
42. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 358/2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009_4384.html
43. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 429/2012. Dispõe sobre o registro das ações profissionais no prontuário do paciente, e em outros documentos próprios da enfermagem, independente do meio de suporte - tradicional ou eletrônico. Disponível em http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-n-4292012_9263.html
44. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN Nº 487/2015. Veda aos profissionais de Enfermagem o cumprimento prescrição médica a distância e a execução da prescrição médica fora da validade. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-4872015_33939.html
45. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN-311/2007, aprova a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, 2007. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf
46. CYPEL, S. (Org.) Fundamentos do desenvolvimento infantil: da Gestação aos 3 anos / [organizador Saul Cypel]. --São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2011. Disponível em: <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital/Paginas/Fundamentos-do-desenvolvimento-infantil.aspx>
47. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2014-2015/ Sociedade Brasileira de Diabetes; [organização José Egídio Paulo de Oliveira Sérgio Vencio]. – São Paulo: AC Farmacêutica, 2015. Disponível em: <http://www.diabetes.org.br/images/2015/area-restrita/diretrizes-st-2015.pdf>
48. HOCKENBERRY, M.; WONG, W. D. Fundamentos de Enfermagem Pediátrica. 9. ed. São Paulo: Elsevier, 2014.
49. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. (INCA). Coordenação Geral de Ações Estratégicas Coordenação de Prevenção e Vigilância. Área de Vigilância do Câncer relacionado ao Trabalho e ao Ambiente. Diretrizes para a vigilância câncer relacionado ao trabalho. Rio de Janeiro: INCA, 2012. Disponível em http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/inca/diretrizes_vigilancia_cancer_trabalho.pdf
50. KURCGANT, Paulina (coord.) et al. Gerenciamento em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2ª ed. 2011.
51. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 20 [citado 2012 jun 17]. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoas_enfrent_dcnt_2011.pdf
52. OGUISSO, T; SCHMIT, M. J. O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal. São Paulo: LTR, 2011.
53. POTTER, P.A; PERRY, A. G. Fundamentos de Enfermagem. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
54. SÃO PAULO. Risco biológico, biossegurança: recomendações gerais / Secretaria da Saúde. Coordenadoria de Atenção Básica Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde – CODEPPS. Coordenação de Vigilância em Saúde – COVISA – São Paulo: SMS, 2007. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/manual_biosecuranca_ubs_1254775051.pdf
55. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2010/Diretriz_hipertensao_associados.pdf
http://www.sbh.org.br/pdf/diretrizes_final.pdf
56. WILKINSON, J.M; LEUVEN, K. Fundamentos de Enfermagem. São Paulo. Editora Rocca, 2010.

SAÚDE DA FAMÍLIA - FARMÁCIA

PROGRAMA

1. Assistência Farmacêutica.
2. Atenção farmacêutica.
3. Acompanhamento farmacoterapêutico.
4. Interpretação clínica de exames laboratoriais.
5. Farmacologia: sistema cardiovascular, sistema endócrino, sistema nervoso central e DSTs.
6. Cálculos farmacêuticos.
7. Formas farmacêuticas e biodisponibilidade.
8. Farmacovigilância.
9. Farmacoeconomia.
10. Farmacoepidemiologia.
11. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.
12. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA FILHO, N; BARRETO, ML. Epidemiologia & Saúde. Fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.
2. ANSEL, H.C.; POPOVICH, N; ALLEN,L.V.J. Farmacotécnica: formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 6. ed. São Paulo: Premier, 2000.
3. ANSEL. H. C., STOKLOSA. M.J. Cálculos **farmacêuticos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
4. BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTROM, T. Epidemiologia básica. OMS 2006. 2 ed. São Paulo: Santos, 2010.
5. BRASIL. ANVISA. Resolução RDC n. 44 de 17 de agosto de 2009.
6. BRASIL. ANVISA. Resolução RDC n. 67, de 08 de outubro de 2007 e alterações.
7. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência farmacêutica no SUS. Brasília: CONASS, 2011.
8. BRASIL. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

9. BRASIL. Ministério da Saúde. Avaliação da assistência farmacêutica no Brasil: estrutura, processo e resultados. Brasília: OMS/OPAS/Ministério da Saúde, 2005.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional da Assistência Farmacêutica Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
11. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº. 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.
12. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998. Aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. E suas alterações e atualizações.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. - (Série B. Textos Básicos de Saúde).
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas Farmacêuticas no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf). – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/AIDS, hepatites e outras DST. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Aquisição de medicamentos para assistência farmacêutica no SUS: orientações básicas. Brasília, 2006.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de medicamentos 2001/Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios, nº 25).
21. CUÉLLAR, L. M.; GINSBURG, D. B. Preceptor's handbook for pharmacists. Bethesda: ASHP, 2009.
22. FARMACOPEIA BRASILEIRA. 5. ed. Brasília: ANVISA, 2010.
23. FARMACOPEIA HOMEOPÁTICA BRASILEIRA. 3.ed. Brasília: ANVISA, 2011.
24. FERREIRA, AO. Guia prático da farmácia magistral. 3 ed. Volume 1. São Paulo: Pharmabooks, 2008.
25. FONTES, O.L.; CESAR, A. de T.; CHAUD, M.V.; TEIXEIRA, M.Z.; KISHI, M.A.; AMORIM, V.O. Farmácia homeopática teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Manole, 2009.
26. FORMULÁRIO Nacional. 2 ed. Brasília: ANVISA, 2011.
27. GENNARO, A.R. Remington – a ciência e a prática da farmácia. 20 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004.
28. HARDMAN, J.G.; LIMBIRD, L.E. Goodman & Gilman As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 11. ed. McGraw Hill, 2006.
29. IVAMA, AM; NOBLAT, L; CASTRO, MS; OLIVEIRA, NVBV; JARAMILLO, NM; RECH, N. Consenso Brasileiro de Saúde Atenção Farmacêutica: proposta. Brasília, 2002.
30. OLIVEIRA, A.B. Ensino e **assistência farmacêutica**: a função social e política do farmacêutico como agente de saúde de São Luís: EDUFMA, 1993.
31. OLIVEIRA, J.E.P; VENCIO, S. (Org.) Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2015-2016. São Paulo: AC Farmacêutica, 2016.
32. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. A Importância Farmacovigilância: monitorização da segurança de medicamentos. OPAS, 2005.
33. POLACOW, M; MENEGASSO, PE; RIZZI, RCD. Serviços Farmacêuticos. Projeto Farmácia Estabelecimento de Saúde, Fascículo 3. CRF-SP; OPAS, 2010.
34. RANG, H.P. *et al.* Farmacologia. 6. ed. Elsevier, 2007.
35. SILVA, P. Farmacologia. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
36. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 7, n. 3, Setembro 2016.
37. UFSC. UNA-SUS. Gestão da Assistência Farmacêutica. Módulo 3 – Políticas de Saúde e Acesso ao Medicamento. 2011.

SAÚDE DA FAMÍLIA – MEDICINA VETERINÁRIA

PROGRAMA

1. Saúde Única, políticas públicas voltadas à medicina veterinária e saúde ambiental, atuação do médico veterinário na vigilância em saúde e no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).
2. Vigilância e prevenção das zoonoses de importância em saúde pública.
3. Epidemiologia das doenças infecciosas e parasitárias.
4. Riscos ambientais nos ambientes de trabalho.
5. Vigilância da qualidade da água e resíduos sólidos.
6. Vigilância sanitária de alimentos.
7. Microbiologia de alimentos.
8. Doenças transmitidas por alimentos.
9. Investigação de surtos de doenças transmitidas por alimentos.
10. Segurança dos alimentos.
11. Boas práticas de fabricação.
12. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle na área de alimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMERICAN VETERINARY MEDICAL ASSOCIATION. **One Health: a new professional imperative**. 2008.
2. ANVISA. Resolução RDC n. 12, de 02 de janeiro de 2001. Regulamento técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos. **Diário Oficial da União**. 10 de janeiro de 2001.
3. ANVISA. Resolução RDC n. 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. **Diário Oficial da União**. 16 de setembro de 2004.
4. ANVISA. Resolução RDC n. 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados e a lista de verificação de boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores/ industrializadores de alimentos. **Diário Oficial da União**. 23 de outubro de 2002b.
5. BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. 4. ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006.
6. BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**. 03 de agosto de 2010.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias: Guia de bolso**. 8. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância em saúde**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 812 p.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais**. 1.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais**. 1.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 2.914, de 12 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. **Diário Oficial da União**. 2011. Seção III. p.4.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância ambiental em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 42 p.
15. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Normas Regulamentadoras**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/index.php/seguranc-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>
16. BRASIL. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**. 24 de outubro de 2011.
17. COSTA, E. A. (org.). **Vigilância Sanitária: temas para debate**. Salvador: EDUFBA, 2009. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.
18. ELEMENTOS de apoio para o Sistema APPCC. (Série Qualidade e Segurança Alimentar). Projeto APPCC Indústria. Convênio CNI/SENAI/SEBRAE. 2. ed. Brasília, SENAI/DN, 2000.
19. FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da segurança dos alimentos**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
20. PARANÁ. RESOLUÇÃO SESA N. 374/2015. Dispõe sobre Norma Técnica para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências. **DOE nº 9546, de 30/09/15**. Disponível em:
21. PARANÁ. Secretaria Estadual de Saúde. **Manual de rotulagem para alimentos embalados**. Disponível em: http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/vigilancia%20sanitaria/MANUAL_ROTULAGEM_abri08.pdf
22. ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. **Epidemiologia em Saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.
23. OPAS. Instituto Pan Americanos de Proteção de Alimentos (INPPAZ). Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). HACCP: Instrumento essencial para a inocuidade dos alimentos. 2003

SAÚDE DA FAMÍLIA - NUTRIÇÃO

PROGRAMA

1. Nutrição - Saúde da Família.
2. Política Nacional de Alimentação e Nutrição.
3. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.
4. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
5. Diagnóstico nutricional individual e de coletividade.
6. Nutrição Materno Infantil.
7. Doenças crônicas não transmissíveis na Atenção Básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cuidados em terapia nutricional / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
2. BRASIL, Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 1. Brasília, Ministério da Saúde, 2012. (2 volumes).
3. BRASIL, Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 2. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (2 volumes).
4. BRASIL, Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição/CGPAN. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** – PNAN. Edição revisada. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
5. BRASIL, Ministério da Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 19) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)
6. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
7. BRASIL. **Lei nº11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11346.htm
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica nº. 32).
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Carências de micronutrientes. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. (Cadernos de Atenção Básica, nº. 20).
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Matriz de ações de alimentação e nutrição na atenção básica de saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
11. BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégia para o cuidado da pessoa com doença crônica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35).
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37)
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36)
14. BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. (Cadernos de Atenção Básica nº. 23).
15. BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, nº. 33).
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica. **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional** – SISVAN na assistência à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 212 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 38)
21. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira.** Brasília, novembro de 2010.

SAÚDE DA FAMÍLIA - ODONTOLOGIA

PROGRAMA

1. Educação em Saúde Bucal por Ciclos de Vida.
2. Promoção da Saúde com ênfase em Saúde Bucal.
3. Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família.
4. Modelos Assistenciais em Odontologia; Política Nacional de Saúde Bucal.
5. Fundamentos de Epidemiologia em Saúde Bucal: conceitos e índices epidemiológicos.
6. Epidemiologia das doenças bucais: análise dos levantamentos epidemiológicos em saúde bucal.
7. Vigilância em Saúde Bucal.
8. Princípios de Cariologia.
9. Métodos e Estratégias para o Controle do Biofilme Dental.
10. Estratégias de Intervenção nos agravos relacionados à Saúde Bucal.
11. Uso de Fluoretos em Saúde Bucal.
12. Avaliação de Risco Social e Biológico para as Doenças Bucais.
13. Planejamento e Programação em Saúde Bucal.
14. Redes de Atenção à Saúde e sua relação com a Saúde Bucal.
15. Avaliação e Gestão em Saúde Bucal.
16. Financiamento em Saúde Bucal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTUNES, J. L. F.; PERES, M. A. **Epidemiologia da Saúde Bucal.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
2. AERTS, D.; ABEGG, C.; CESA, K. O papel do cirurgião-dentista no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9. n. 1,

- p. 131-138. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n1/19830.pdf>
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de atenção básica: Saúde Bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, no. 17).
 4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Perfil de competências profissionais do técnico em higiene dental e do auxiliar de consultório dentário**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
 5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
 6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica, no. 24).
 7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Prático do Programa Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.
 8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
 9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
 10. BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto **SB Brasil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal – Resultados Principais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
 11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acesso e Qualidade Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade dos Centros de Especialidades odontológicas (PMAQ-CEO): Manual Instrutivo**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
 12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. **Diretrizes da política nacional de saúde bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
 13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
 14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Acolhimento à demanda espontânea: queixas mais comuns na Atenção. Brasília; 2012. 290 p. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, Volume II)
 15. BUFFON, M. C. M. (Org.). **Práticas Coletivas em Saúde Bucal**. Curitiba: Imprensa Universitária UFPR, 2012.
 16. CHEACHIRE, L. A.; CORTELLAZZI, K. L.; VAZQUEZ, F. L.; PEREIRA, A. C.; MENEGHIM, M. C.; MIALHE, F. L. Associação entre Risco Social Familiar e Risco à Cárie Dentária e Doença Periodontal em Adultos na ESF. **Pesq Bras Odontoped Clin Integr**, v. 13, n. 1, p.101-110, 2013. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/pboci/article/viewFile/1457/952>
 17. GENIOLE L. A. I.; KODJAOGLANIAN V. L.; V.C. C.A.; LACERDA V. R. Saúde bucal por ciclos de vida. Campo Grande, MS: Ed. UFMS: Fiocruz Unidade Cerrado Pantanal, 2011.191 p.
 18. GOES, P. S. A. **Gestão da Prática em Saúde Bucal**. São Paulo: Artes Médicas, 2014.
 19. GÓES, P. S. A., MOYSÉS, S. J.(Orgs). **Planejamento, Gestão e Avaliação em Saúde Bucal**. São Paulo: Artes Médicas, 2012.
 20. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Estimativa 2014: incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2014.
 21. KRIGER, L. **Promoção de saúde bucal: paradigma, ciência, humanização**. São Paulo, Ed. Artes Médicas, ABOPREV, 2003
 22. MOYSÉS, S. J. **Saúde coletiva: políticas, epidemiologia da saúde bucal e redes de atenção odontológica**. São Paulo: Artes Médicas, 2013.
 23. OLIVEIRA, C. M. de; Cruz, M. M. Sistema de Vigilância em Saúde no Brasil: avanços e desafios. *Saúde em Debate*, v. 39, n. 104, p. 255-267. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n104/0103-1104-sdeb-39-104-00255.pdf>
 24. PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Superintendência de Assistência à Saúde. **Linha guia de saúde bucal**. Curitiba: SESA, 2014.
 25. PEREIRA, A.C. **Odontologia em saúde coletiva: planejando ações e promovendo saúde**. Porto Alegre, Ed. Artmed, 2003.
 26. PERES, Karen Glazer et al. Aspectos sociodemográficos e clínicos da qualidade de vida relacionada à saúde bucal em adolescentes. *Rev. Saúde Pública* [online], v.47, suppl.3, p.19-28, 2013.
 27. PINTO, V. G. **Saúde bucal coletiva**. 5. ed, São Paulo, Ed. Santos, 2008.
 28. SILVA, A. N.; SENNA, M. A. A. **Fundamentos em saúde bucal coletiva**. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.

SAÚDE DA FAMÍLIA – TERAPIA OCUPACIONAL

PROGRAMA

1. Fundamentos gerais da Terapia Ocupacional.
2. Fundamentos históricos da Terapia Ocupacional.
3. Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional.
4. Resoluções do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO).
5. Domínio e Processo da Terapia Ocupacional.
6. Modelos de Terapia Ocupacional. Quadros de Referência, Abordagens e Processos de Mudança em Terapia Ocupacional.
7. Análise de atividade em Terapia Ocupacional.
8. Processos Grupais em Terapia Ocupacional.
9. Processo de Terapia Ocupacional.
10. Atenção Básica à Saúde/Atenção Primária à Saúde.
11. Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).
12. Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).
13. Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.
14. Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.
15. Terapia Ocupacional em comunidade.
16. Terapia Ocupacional em Saúde Mental.
17. Terapia Ocupacional em Gerontologia.

18. Terapia ocupacional e o Brincar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION (AOTA). Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo 3.ª Edição. Occupational therapy practice framework: Domain and process (3rd ed.). Tradução de: Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui (versão original: AOTA. American Occupational Therapy Association (2014). Occupational therapy practice framework: Domain and process (3rd ed.). American Journal of Occupational Therapy, 68(Suppl.1), S1–S48. <http://dx.doi.org/10.5014/ajot.2014.682006>). **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**; jan.-abr. 2015;26(ed. esp.):1-49.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012**. Redefine os parâmetros de vinculação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Modalidades 1 e 2 às Equipes Saúde da Família e/ou Equipes de Atenção Básica para populações específicas, cria a Modalidade NASF 3, e dá outras providências. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt3124_28_12_2012.html
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 483, de 1º de abril de 2014**. Redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0483_01_04_2014.html.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012**. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 39)
8. CABRAL, L.R. da S.; BREGALDA, M. M. A atuação da terapia ocupacional na atenção básica à saúde: uma revisão de literatura. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 179-189, 2017. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1466/831>
9. CANÍGLIA, M. **Terapia Ocupacional: um enfoque disciplinar**. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2005.
10. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL **Decreto LEI n. 938 – de 13 de Outubro de 1969**. Disponível em: https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3397
11. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL **RESOLUÇÃO Nº. 81, DE 9 DE MAIO DE 1987**. Baixa Atos Complementares à Resolução COFFITO-8, relativa ao exercício profissional do TERAPEUTA OCUPACIONAL, e à Resolução COFFITO-37, relativa ao registro de empresas nos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=2839>
12. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Definição de Terapia Ocupacional**. Disponível em: https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3382.
13. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Especialidades de Terapia Ocupacional**. Disponível em: https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3390
14. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Formação Acadêmica do Terapeuta Ocupacional**. Disponível em: https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3384
15. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Lista de Procedimentos de Terapia Ocupacional (LPTO)**. Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO2007. Disponível em: https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3404
16. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução COFFITO nº425, de 08 de julho de 2013**. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. Disponível em: <http://www.coffito.org.br/site/index.php/terapia-ocupacional/codigo-de-etica.html>
17. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **RESOLUÇÃO Nº 445 de 26 de abril de 2014**. Altera a Resolução-COFFITO nº 418/2011, que fixa e estabelece os Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais nas diversas modalidades prestadas pelo Terapeuta Ocupacional. Disponível em: <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3209>
18. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **RESOLUÇÃO COFFITO Nº 407 de 18 de agosto de 2011**. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Saúde da Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3170>
19. DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (orgs). **Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2001.
20. DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (orgs). **Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2001.
21. DRUMOND, A.de F.; REZENDE, M.B. (orgs) **Intervenções da Terapia Ocupacional**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
22. FRANCISCO, B.R. **Terapia Ocupacional**. 2ª Ed. Revisada e Atual. Campinas-SP: Papyrus, 2001.
23. HAGEDORN, R. **Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: Uma Abordagem Estruturada aos Conhecimentos e Processos Centrais**. São Paulo: Roca, 2007.
24. HAGEDORN, R. **Fundamentos da prática em Terapia Ocupacional**. São Paulo: Dynamis, 1999.
25. LIMA, A.C.S.de; FALCÃO, I.V. A formação do terapeuta ocupacional e seu papel no Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF do Recife, PE. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 3-14, 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/970/484>
26. MEDEIROS, M.H.R. **Terapia Ocupacional: um enfoque epistemológico e social**. São Carlos: EdUFSCAR, 2003.
27. PÁDUA, E.M.M. de; FERIOTTI, M. de L. **Terapia Ocupacional e Complexidade: práticas multidimensionais**.
28. ROCHA, E.F.; PAIVA, L.F.; OLIVEIRA, R. dos H. Terapia ocupacional na Atenção Primária à Saúde: atribuições, ações e tecnologias. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 351-361, 2012. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/679/393>

CONTEÚDO GERAL:

Sistema Único de Saúde (SUS), Estratégia Saúde da Família, Vigilâncias em Saúde, Políticas Públicas com interface com a medicina veterinária (interação humano animal e meio ambiente). Emergências em zoonoses, doenças infecciosas e parasitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Acha PN, Szyfres B. Zoonosis y enfermedades Comunes al Hombre y a los Animales. OPAS/OMS, 2003.
2. Brasil. Ministério da Saúde. ABC do SUS Doutrinas e Princípios, 1990. O SUS de A a Z, 3a ed., 2009. Constituição Federal Brasileira, Leis Federais 5.517 (1968), 9.605 (1998), 8.080 (1990) e 8.142 (1990).BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de vigilância em saúde. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 812 p.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Brasília:Ministério da Saúde, 2010.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais. 1.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.
5. Brasil. Portaria no 2.488, de 21 de outubro de 2011.Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial da União. 24 de outubro de 2011.
6. Campos GWS, Carvalho YM, Minayo CS, Akerman M, Drumond Junior M. Tratado de Saúde Coletiva. Ed. Hucitec. 2ª ed. 2012.
7. Rocha AA, Cesar CLG. Saúde Pública: Bases conceituais. 1a edição. São Paulo: Editora Atheneu. 2008.

CONTEÚDO ESPECÍFICO:

1. **Anestesiologia:** Avaliação do paciente e medicação pré-anestésica; anestesia geral intravenosa e inalatória e anestesia local: equipamentos, farmacologia e técnicas; monitoração anestésica, do paciente crítico e ressuscitação cardiopulmonar; dor e analgesia.
2. **Clínica cirúrgica de pequenos animais:** Profilaxia da infecção cirúrgica; cirurgias de pele e manejo de feridas; cirurgias dos aparelhos auditivo e digestório, do sistema gênito urinário, do trato respiratório, em fígado e sistema biliar extra-hepático; hérnias; peritonite; análise e classificação das fraturas; pinos intramedulares, cerclagens e bandas de tensão, fixadores externos lineares, placas e parafusos, hastes bloqueadas; principais vias de acesso aos ossos e articulações.
3. **Clínica médica de pequenos animais:** Afecções da pele e anexos, do sistema endócrino, do sistema gastrointestinal, do aparelho urinário, do sistema respiratório, do sistema cardiovascular e do sistema nervoso em pequenos animais; doenças infecciosas e parasitárias de interesse na clínica de pequenos animais.
4. **Clínica médica e cirúrgica de grandes animais:** Choque; manejo de feridas; distrofias e paratopias cirúrgicas; doenças clínico-cirúrgicas dos aparelhos locomotor, respiratório, digestório e geniturinário; doenças metabólicas e carenciais, doenças da glândula mamária e do sistema tegumentar.
5. **Clínica médica e cirúrgica de animais selvagens:** Medicina de mamíferos selvagens, de aves selvagens, de répteis e de animais de estimação não convencionais; fisiopatologia do estresse; contenção mecânica, farmacológica e manejo de animais selvagens; doenças infecciosas, parasitárias e zoonoses em animais selvagens e não convencionais; medicina da conservação.
6. **Diagnóstico por imagem:** Princípios de interpretação radiográfica (analógica e digital) e ultrassonográfica, principais artefatos; princípios de interpretação radiográfica óssea e articular, em equinos, cães e gatos; radiologia e ultrassonografia dos sistemas digestório, cardiovascular, respiratório, urinário, doença do disco intervertebral e diagnóstico da gestação de cães e gatos.
7. **Odontologia veterinária:** Anatomia e fisiologia oral veterinária (cão, gato, roedores e lagomorfos); doenças orais; periodontia; exodontia; endodontia; radiologia odontológica.
8. **Oftalmologia veterinária:** Ciência clínica básica da oftalmologia – anatomia, embriologia; procedimentos de diagnóstico oftálmico; terapêutica oftálmica medicamentosa; cirurgia oftálmica; principais doenças das estruturas dos anexos oculares, bulbo ocular, via nervosa da visão e órbita; perdas de visão. Patologia animal: Alterações degenerativas e necróticas; distúrbios da pigmentação; distúrbios circulatórios; distúrbios inflamatórios; processos reparativos; distúrbios do crescimento celular; sistema respiratório, digestório, renal, cardiovascular, reprodutor, nervoso, músculo-esquelético; fígado e ductos biliares. Ornitopatologia: Fisiologia do sistema respiratório e digestório das aves; salmoneloses aviárias; influenza aviária; doença de Newcastle; micotoxicoses em aves; Plano Nacional de Sanidade Avícola- MAPA; biossegurança em avicultura.
9. **Patologia clínica veterinária e Patologia clínica veterinária – Área de atuação em Biologia Molecular:** Coleta, manuseio e processamento das amostras biológicas; interpretação do hemograma de mamíferos; urinálise – interpretação; perfil bioquímico renal e hepático, indicações e interpretação; proteinograma; bilirrubina, causas de icterícia; avaliação das enzimas musculares; exame dos líquidos cavitários; coagulograma indicações e interpretação; interpretação de testes sorológicos (ELISA, RIFI); reação em cadeia da polimerase.
10. **Medicina Veterinária do Coletivo:** saúde coletiva; medicina de abrigos; medicina veterinária forense.
11. **Oncologia:** epidemiologia, etiologia e biologia do cancer; estadiamento de diagnóstico clínico; cirurgia, cirurgia oncológica; quimioterapia antineoplásica; neoplasias de pele, mamárias, das cavidades oral e nasal, do sistema reprodutivo e urinário, ósseas e perianais; linfoma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**Anestesiologia:**

1. Fantoni DT, Cortopassi SRG. Anestesia em Cães e Gatos. 2a edição. São Paulo: Roca; 2010.
2. Grimm KA, Lamont LA, Tranquilli WJ, Greene SA, Robertson SA, editors. Lumb & Jones Veterinary Anesthesia and Analgesia. 5th edition. Iowa: Wiley Blackwell; 2015.
3. Muir WW, Hubell JAE. Equine Anesthesia: Monitoring and Emergency Therapy. St Louis: Mosby Elsevier; 2009.

Clínica cirúrgica de pequenos animais:

4. Fossum TW. Small Animal Surgery. 4th edition. Missouri: Mosby Elsevier; 2012.
5. Johnson AI, Houlton JEF, Vannini RAO. Principles of fracture management in the dog and cat. Thieme, 2006.
6. Piermattei D, Flo GB. Piermattei and Flo's Handbook of Small Animal Orthopedics and Fracture Repair. 4th edition. Missouri:Saunders

Elsevier; 2006.

7. Tobias KM, Johnston SA. Veterinary Surgery Small Animal. Missouri: Saunders Elsevier; 2012.
8. Williams JM, Niles JD. BSAVA Manual de Cirurgia Abdominal em cães e gatos. São Paulo: Medvet; 2014.

Clínica médica de pequenos animais:

9. Bonagura JD, Twedt DC. Kirk's Current Veterinary Therapy XV. 15a edição. Philadelphia: Sauders; 2014.
10. Ettinger SJ, Feldman EC. Textbook of Veterinary Internal Medicine. 7a edição. Philadelphia: Saunders; 2010.
11. Greene, CE. Infectious diseases of the dog and cat, 4a edição. Saint Louis: Elsevier Saunders, 2012. 1354p.
12. Jericó MM, Neto JPA, Kogika MM. Tratado de Medicina Interna de Cães e Gatos. Rio de Janeiro: Roca; 2015.
13. Nelson RW, Couto GC. Small Animal Internal Medicine. 5a edição. St Louis: Elsevier; 2014.
14. Tilley LP, Smith FWK, Oyama MA, Sleeper MM. Manual of Canine and Feline Cardiology. 5a edição. Philadelphia: Saunders; 2015.

Clínica médica e cirúrgica de grandes animais:

15. Auer JA, Stick JA. Equine Surgery. 4th. Edition. St. Louis: Elsevier Saunders; 2012.
16. Fubini SL, Lawson S. Farm Animal Surgery. St Louis: Saunders; 2004.
17. Radostits OM, Gay CC, Blood DC, Hinchcliff KW. Clínica Veterinária – um tratado de doenças de bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos. 9a edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002.
18. Reed SM. Medicina Interna Equina. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2000.
19. Riet-Correa F, et al. Doenças dos ruminantes e equídeos. 3a edição. Vol.2. São Paulo: Editora Palloti; 2007.
20. Smith BP. Medicina Interna de Grandes Animais. 3a edição. São Paulo: Manole Biomedicina; 2006.
21. Thomassian A. Enfermidades dos cavalos. 4a edição. São Paulo: Varela; 2005.

Clínica médica e cirúrgica de animais selvagens:

22. Cubas ZS, Silva JCR, Catão-Dias JL. Tratado de Animais Selvagens – Medicina Veterinária. 2a Edição. São Paulo: Editora Roca; 2014.

Diagnóstico por imagem:

23. Carvalho CF. Ultrassonografia em Pequenos Animais. 2a edição. São Paulo: Gen Roca; 2014.
24. Penninck DP, D'Anjou MA. Atlas de ultrassonografia de Pequenos animais. São Paulo: Guanabara Koogan; 2011.
25. Trall DE. Diagnóstico de Radiologia Veterinária. Tradução da 6th ed St Louis Missouri: Saunders: Elsevier; 2014.

Odontologia veterinária:

26. Gorrel C. Odontologia em Pequenos Animais. São Paulo: Sauders Elsevier; 2010.
27. Holmstrom SE, Fitch PF, Eisner ER. Veterinary dental techniques for the small animal practitioner. 3rd edition. Philadelphia: Saunders; 1998.
28. Wiggs RB, Lobprise HB. Veterinary Dentistry – Principles & Practice. Philadelphia: Lippincott – Raven; 1997.

Oftalmologia veterinária:

29. Peiffer R, Petersen-Jones S. Sm
30. all animal ophthalmology. A problem-oriented approach, 4th edition. Philadelphia: Saunders-Elsevier; 2009.
31. Turner SM. Oftalmologia em pequenos animais - Série Clínica Veterinária na Prática. São Paulo: Saunders-Elsevier, 2010.

Oncologia

32. Oncologia em cães e gatos. Carlos Roberto Daleck & Andriago Barboza De Nardi. Segunda Edição, 2016

Ornitopatologia:

33. Macari M, Mendes AA, Menten JF, Naas IA. Produção de frangos de corte. 2a edição. São Paulo: Facta; 2014.
34. Brasil, 2003. Plano Nacional de Sanidade Avícola. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/arquivos-das-publicacoes-de-saude-animal/plano-de-contingencia-versao-1_4.pdf/view
35. Swayne D. Diseases of poultry. 13th edition. Ames Iowa: Wiley-Blackwell; 2013.
36. Swenson MJ, Reece WO (Eds.) Dukes, fisiologia dos animais domésticos. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

Patologia veterinária:

37. Jones TC, Hunt RD, King NW. Patologia veterinária. 6a edição. São Paulo: Manole; 2000.
38. Jubb KVF, Kennedy PC, Palmer NC. Pathology of domestic animals. 5th edition. Philadelphia: Saunders-Elsevier; 2007.
39. Slauson DO, Cooper BJ. Mechanisms of disease - A textbook of comparative general pathology. 3rd edition. St Louis: Mosby; 2002.
40. Zachary JF, McGavin MD. Bases da patologia veterinária. 5a edição. Rio de Janeiro: Saunders-Elsevier; 2013.

Patologia clínica veterinária:

41. Alberts, B. Fundamentos da Biologia Celular. 3 Ed. Porto Alegre. Artmed, 2011. ISBN: 978-85-363-2443-2.
42. Kaneko JJ, Harvey JW, Bruss ML. Clinical biochemistry of domestic animals. 6th edition. Burlington: Academic Press-Elsevier; 2008.
43. Latimer KS. Duncan & Prass's, Veterinary Laboratory Medicine – Clinical Pathology. 5th edition. Ames Iowa: Wiley Blackwell; 2011.
44. Stockham SL, Scott MA. Fundamentos de patologia clínica veterinária. 2a edição. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2008.
45. Thrall MA. Hematologia e bioquímica clínica veterinária. São Paulo: Roca; 2007.
46. Tizard I. Imunologia veterinária. 9a ed. Rio de Janeiro: Saunders Elsevier; 2014.
47. Weiss DK, Wardrop J. Schalm's Veterinary Hematology. 6th edition. Ames Iowa: Wiley-Blackwell; 2010.

Patologia clínica veterinária – Área de atuação em Biologia Molecular:

48. Alberts, B. Fundamentos da Biologia Celular. 3 Ed. Porto Alegre. Artmed, 2011. ISBN: 978-85-363-2443-2.
49. Kaneko JJ, Harvey JW, Bruss ML. Clinical biochemistry of domestic animals. 6th edition. Burlington: Academic Press-Elsevier; 2008.
50. Latimer KS. Duncan & Prass's, Veterinary Laboratory Medicine – Clinical Pathology. 5th edition. Ames Iowa: Wiley Blackwell; 2011.

51. Stockham SL, Scott MA. Fundamentos de patologia clínica veterinária. 2a edição. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2008.
52. Thrall MA. Hematologia e bioquímica clínica veterinária. São Paulo: Roca; 2007.
53. Tizard I. Imunologia veterinária. 9a ed. Rio de Janeiro: Saunders Elsevier; 2014.
54. Weiss DK, Wardrop J. Schalm's Veterinary Hematology. 6th edition. Ames Iowa: Wiley-Blackwell; 2010.
55. Greene, CE. Infectious diseases of the dog and cat, 4a edição. Saint Louis: Elsevier Saunders, 2012. 1354p.

Medicina Veterinária do Coletivo:

56. ASV. Association of Shelter Veterinarians. 2010. Guidelines for Standards of Care in Animal Shelters. 67p. Disponível em: <http://www.sheltervet.org/assets/docs/shelter-standards-oct2011-wforward.pdf>
57. ICAM. International companion animal management. 2007. Guia de controle humanitário da população canina. 24p. Disponível em http://www.icam-coalition.org/downloads/Humane_Dog_Population_Management_Guidance_Portuguese.pdf
58. Miller L, Zawistowski S. Shelter Medicine for Veterinarians and staff. 2nd edition. Iowa: Wiley-Blackwell; 2013. CFMV. Resolução 722 - Código de Ética (2002) e Resolução 756 (2003).
59. Tostes RA, Reis STJ, Castilho VV. 2017. Tratado de Medicina Veterinária Legal. 1ed. Curitiba. Medvop. 400p.